



Senado aprova reajuste salarial para servidores do Judiciário

Antes da votação, ministro do Planejamento garantiu aos senadores que estava previsto R\$ 1,8 bilhão para cumprir o aumento médio de 41,47%

Aumento para funcionários da Justiça Federal será dado em oito parcelas, de junho de 2016 a julho de 2019. A gratificação judiciária, hoje correspondente a 90% do vencimento básico, chegará gradualmente a 140%, em janeiro de 2019.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, assegurou na Comissão de Assuntos Econômicos que o Orçamento já previa recursos para o reajuste.

No Ministério Público, vencimento básico aumenta em 12%



Moreira Matiz/Agência Senado

3

Servidores comemoram nas galerias do Plenário o resultado da votação dos projetos que garantem reajustes salariais no Judiciário e no Ministério Público da União



Renan preside sessão do Plenário que, após garantia de veto parcial, aprovou medida provisória sobre transporte aéreo

Vai a sanção proposta que muda aviação brasileira

Entre as alterações promovidas pela medida provisória aprovada em Plenário, estão o perdão de débitos da Infraero com a União, a extinção do Adicional de Tarifa Aeroportuária e a incorporação dele na composição das tarifas a partir

de 2017. A proposta passou com a promessa do governo interino de que será vetada a parte que permite a abertura total das companhias aéreas ao capital estrangeiro. O texto original da MP eleva essa participação de 20% para 49%. 4

Comissão do Impeachment encerra etapa de depoimentos

Com a fala de técnicos do Banco Central e do Tesouro e de um ex-diretor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que defenderam Dilma Rousseff, a Comissão

Especial do Impeachment encerrou a fase de depoimentos. Na terça, o colegiado ouvirá os técnicos do Senado que fizeram uma perícia dos papéis que embasam o processo. 5



Raimundo Lira conversa com Anastasia enquanto Ana Amélia fala na comissão

Waldemir Barreto/Agência Senado

Ferrovias Transcontinentais têm apoio de senadores

Integrantes de três comissões destacaram ontem a importância do projeto para facilitar o acesso aos portos do Oceano Pacífico. Em audiência pública, eles pediram a representantes do governo dados sobre o andamento da construção, uma parceria entre Brasil, Peru e China. 7



Entre o senador Garibaldi e o engenheiro Bi Qiang, Jorge Viana defende a obra

Gerardo Magela/Agência Senado

Avança texto que garante proteção a mulher agredida

Vai a Plenário projeto que dá ao delegado o poder de expedir medidas de proteção de mulher agredida, como a proibição de o agressor permanecer na mesma casa. Hoje só o juiz tem tal poder. 8

Renan fala com Dilma e Temer sobre agenda

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anuncia hoje as prioridades de votação do Senado até o recesso. O assunto foi tema de conversa com Dilma e será discutido com Temer. 3

Brasil terá novo embaixador em Cabo Verde 4

Três colegiados definem emendas à LDO de 2017 2

Energia solar está mais competitiva, diz empresário 6

Arrecadação do pré-sal poderá financiar ciência 8

Reunião avaliará pendências em Belo Monte 6

Emendas à LDO priorizam direitos, vias e urbanismo

Comissões de Direitos Humanos, de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional apresentaram ontem suas emendas ao projeto de lei orçamentária. Cabe à Comissão de Orçamento incluí-las no relatório final

TRÊS COMISSÕES DO Senado definiram ontem emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017.

Na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o relator, Paulo Paim (PT-RS), acolheu e aglutinou aquelas com temática mais frequente. Assim, foram contempladas ações de atendimento à mulher em situação de violência, de promoção de direitos humanos e de fomento a ações afirmativas e promoção da igualdade racial.

— Conseguimos contemplar 31 sugestões de emendas ao Anexo de Metas — disse Paim.

Nas três emendas à LDO de 2017 apresentadas pela Co-

missão de Infraestrutura (CI), foi dada prioridade ao setor de transportes e às rodovias.

A primeira emenda será para a construção de ponte sobre o Rio Paraná, na BR-262, que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul. Segundo o relator, Lasier Martins (PDT-RS), a obra foi escolhida por já estar com a execução orçamentária em andamento e por interligar dois estados. A segunda emenda destina-se à adequação da BR-364, em Rondônia, que escoia a produção agrícola de parte do Centro-Oeste e do Norte. A terceira emenda aplica-se a todas as subdivisões da área de transportes, sendo direcionada

à retomada de um amplo programa de concessões.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), por sua vez, aprovou três emendas, relativas a ações de apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, de apoio a projetos de infraestrutura turística e de implantação de infraestrutura para oferta de água. De acordo com o relator, Dário Berger (PMDB-SC), as emendas escolhidas abrangem sugestões que receberam mais apoio dos parlamentares.

Caberá à Comissão Mista de Orçamento (CMO) a inclusão das emendas no relatório final da proposta.

Vicentino: Congresso quer reduzir burocracia notarial

O Congresso está se empenhando na análise e formulação de leis que eliminem excessos burocráticos nos serviços notariais, disse ontem o primeiro-secretário da Mesa do Senado, Vicentino Alves (PR-TO), no 7º Fórum de Integração Jurídica. O evento, ocorrido na sede do Programa Interlegis, é organizado pela Associação dos

Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR).

— Em nosso papel de legisladores, estamos alertas para aprovar matérias que simplifiquem as relações entre o cidadão e o Estado — afirmou.

Ana Amélia (PP-RS) destacou a importância da segurança jurídica para o trabalho dos notários e registradores:

— Eles têm participação

ativa na vida do cidadão desde o nascimento e indiscutível compromisso com a sociedade no sentido de ajudar a superar as dificuldades que atrapalham a vida desses cidadãos.

Alvaro Dias (PV-PR) ressaltou o resultado de uma pesquisa que aponta os serviços de cartório como primeira posição no ranking de confiança dos brasileiros nas instituições.

O diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, que integra a comissão de juristas que elabora propostas para reduzir a burocracia no país, falou sobre itens que preveem a utilização de mecanismos de análise de impactos legislativos, transparência administrativa e arbitragem na proposição de qualquer regra que aumente entraves burocráticos.



Senadores participam de fórum organizado por associação nacional de notários

País precisa melhorar gestão de eventos, alerta TCU

A necessidade de aperfeiçoamento da governança e do planejamento de grandes eventos esportivos foi debatida na palestra “Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016: metodologia do TCU sobre as ações públicas da União”, realizada na segunda-feira, no auditório do Interlegis. O evento integra a quarta etapa do Ciclo de Palestras no Poder Legislativo, atividade de extensão promovida pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Os auditores Arsenio José da Costa Dantas, coordenador de Controle Externo de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União (TCU), e Augusto Ferradaes, especialista do órgão, expuseram as dificuldades nos

acompanhamentos feitos pelo tribunal, como a falta de organização das informações sobre o uso dos recursos financeiros e a transferência de responsabilidades feita pela Autoridade Pública Olímpica (APO) aos entes públicos envolvidos, em desacordo com a matriz de responsabilidades — instrumento de distribuição das obrigações dos três níveis de governo e da iniciativa privada no custeio das obras e serviços.

No caso dos Jogos, a fiscalização do TCU enfocou aspectos de regularidade, eficiência e economicidade na aplicação de recurso público e também o alcance da finalidade dos gastos. Essa ampliação do trabalho de controle fez com que o tribunal alertasse autoridades sobre

risco de atraso em obras e o não cumprimento de políticas públicas previamente definidas. Além disso, o tribunal exigiu mais transparência, a exemplo da necessidade de publicação de informações sobre as isenções fiscais concedidas para a realização dos jogos.

Em 2016, os acórdãos do TCU têm buscado alertar o poder público sobre a importância de planejar o destino, após os jogos, dos espaços construídos e de implementar políticas públicas que assegurem o legado. Para os palestrantes, somente com planejamento será possível usar adequadamente as áreas edificadas e ampliar os benefícios sociais e ambientais decorrentes da realização dos Jogos.

Comenda Dorina Nowill define os cinco agraciados deste ano

Foram escolhidos ontem os cinco agraciados com a Comenda Dorina Nowill em 2016. A comenda é concedida a personalidades que tenham contribuído de forma relevante para a defesa das pessoas com deficiência no Brasil.

Dorina de Gouvêa Nowill

perdeu a visão aos 17 anos. Mesmo cega, tornou-se professora primária. Criou a Fundação Dorina Nowill, entidade voltada para auxílio aos deficientes visuais e reconhecida pela qualidade de seus livros acessíveis e serviços de reabilitação.

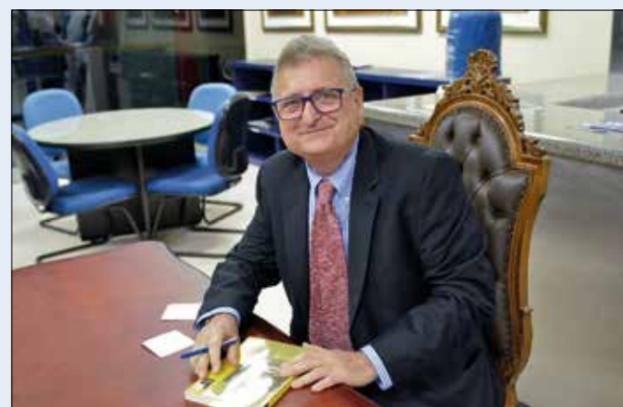
Saiba quem são os homenageados

- » **Fernando Antônio Pereira Gomide** Servidor do Senado desde 1985. É presidente da Associação Brasileira de Amparo ao Fibrocístico.
- » **Flávio Arns** Formado em direito pela Universidade Federal do Paraná, foi deputado federal (1990–1998) e presidente da Federação Nacional das Apaes e da Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais, além de membro do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.
- » **Helena Werneck** Foi responsável pela criação da ONG MetaSocial, que desenvolve ações na mídia para divulgar e promover a inclusão social.
- » **Lúcia Willadino Braga** Cientista e neuropsicóloga, é presidente e diretora-executiva da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação. Tornou-se referência mundial no tratamento reabilitador, por meio da música, em crianças com danos cerebrais. Foi pioneira no envolvimento da família no processo de reabilitação.
- » **Aloysio Campos da Paz Júnior (in memoriam)** Fundador da Rede Sarah de Reabilitação. Graduiu-se em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quando recém-formado, integrou a primeira equipe médica do Hospital Distrital de Brasília em 1960, implantando a Unidade de Traumatologia-ortopedia.

Escolhidos os jornalistas que vão receber Prêmio Roberto Marinho

Os jornalistas Caco Barcellos, Eliane Cantanhêde e Ricardo Boechat foram os escolhidos para receber o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico em 2016. O objetivo é reconhecer

jornalistas que contribuem para engrandecer a profissão. O conselho responsável pela escolha é presidido por Cristovam Buarque (PPS-DF) e tem como vice-presidente Ana Amélia (PP-RS).



Jornalista da Agência Senado Marcos Dantas de Moura Magalhães lançou ontem o livro *Parlasul: o espaço político da integração*, que relata os primeiros anos de funcionamento do Parlamento do Mercosul.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- PRESIDÊNCIA Gilmar Mendes**
8h Renan Calheiros recebe o presidente do TSE. Às 11h, concede entrevista coletiva.
- CRA Quilombos no interior de MG**
8h Audiência interativa discute a possível desapropriação de assentamento de remanescentes de quilombos em Manga (MG). Depois, análise de emendas à LDO 2017.
- CCJ Procurador-geral**
9h Audiência debate a PEC 47/2013, que determina lista triplíce para escolha de procurador-geral da República.

- CRE Embaixadores**
10h A comissão sabatina indicados para os cargos de embaixador do Brasil na Bélgica, na República Tcheca e no Gabão.
- CE Concursos públicos**
11h Audiência pública interativa debate regras para garantir mais transparência e imparcialidade nos concursos públicos. Entre os convidados, representantes da OAB e do Ministério Público.
- PLENÁRIO Pronunciamentos**
14h Sessão não deliberativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Reajuste do Judiciário vai a sanção presidencial

Após o ministro do Planejamento garantir aos senadores que há R\$ 1,8 bilhão no Orçamento de 2016, aumento dos servidores da Justiça Federal foi aprovado pelo Plenário

REAJUSTE MÉDIO DE 41,47% para os servidores federais do Judiciário foi aprovado ontem pelo Senado e segue agora para sanção presidencial. Antes da votação pelo Plenário e para esclarecer a polêmica provocada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores certificaram-se com o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, de que os recursos para o aumento previsto no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29/2016 estão assegurados no Orçamento deste ano (*leia ao lado*).

O aumento será dado em oito parcelas, de junho de 2016 a julho de 2019. A gratificação judiciária, hoje correspondente a 90% do vencimento básico, chegará gradualmente a 140%, em janeiro de 2019.

O projeto também concede, a partir de janeiro de 2016, reajuste de até 25% para os cargos em comissão, mesmo percentual usado para assemelhados no Executivo. Pela proposta, técnicos judiciários com curso superior receberão adicional de qualificação. Atualmente, a Lei 11.416/2006, que trata das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, garante esse adicional somente

para servidores com mestrado, doutorado ou especialização.

No Plenário, o relator do projeto na CAE, Jorge Viana (PT-AC), admitiu que em momento de crise é difícil relatar projeto que aumenta o salário de mais de 120 mil servidores. Mas destacou que a categoria teve perdas salariais significativas desde 2008.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), e Ferraço registraram a importância de se votar o reajuste, principalmente depois que o ministro do Planejamento garantiu haver recursos no Orçamento.

— O quadro do desemprego é grave. Encerrada essa votação, o Senado precisa voltar os olhos para ações de recuperação da economia e não atender grupos corporativos. A Casa saberá delimitar até onde poderemos ir — disse Caiado, criticando outros reajustes em tramitação, entre eles o polêmico aumento dos ministros do STF, que serve de parâmetro para teto do funcionalismo público (PLC 27/2016).

Lindbergh Farias (PT-RJ), líder da minoria, registrou a resistência da bancada em aprovar aumento salarial em uma crise como a atual.



No Plenário, Viana, relator do reajuste do Judiciário, afirma que os servidores sofreram perdas significativas desde 2008

Orçamento tem recursos para os aumentos, garante ministro

Na audiência da CAE, o ministro Dyogo Oliveira explicou que o reajuste do Judiciário não terá impacto negativo sobre as contas do governo: o aumento custará R\$ 1,7 bilhão, enquanto a provisão no Orçamento deste ano é de R\$ 1,8 bilhão. Ele lembrou que o aumento só terá vigência a partir de julho, com impacto na folha de agosto.

Oliveira explicou que os números do Ministério do Planejamento divergem das estimativas apresentadas na véspera pelo Supremo Tribu-

nal Federal (STF), de que não haveria recursos suficientes. O ministro adiantou que houve um “equivoco” nas contas do STF e que o próprio tribunal encaminhará os dados corrigidos ao Senado.

— Calcularam a folha incluindo a contribuição patronal sobre a parcela de aposentados e pensionistas, o que não é o caso. Detectado o erro, será reduzido. Também incluíram no reajuste a folha de junho, mas o reajuste não terá efeito retroativo. Isso contribuiu para gerar estimativa

exagerada por parte do STF.

Oliveira reiterou que os projetos foram fruto de longo processo de negociação entre os servidores e o governo.



Ministro do Planejamento esclareceu a diferença nos cálculos

Ministério Público da União obtém recomposição

Segue para sanção projeto que aumenta em 12% o vencimento básico de analistas e técnicos do Ministério Público da União (MPU). O impacto do reajuste no Orçamento federal será de R\$ 295,8 milhões, abaixo do máximo autorizado: R\$ 334,9 milhões.

O PLC 26/2016, aprovado ontem pelo Plenário do Senado, prevê que o reajuste para os servidores será concedido

em oito parcelas, de junho de 2016 a julho de 2019. Além disso, o texto eleva o percentual da gratificação de atividade incidente sobre o vencimento básico, de 90% para 140%, de forma escalonada, até 2019. Assim, um analista do MPU que ganha hoje R\$ 13.219,08 chegará a R\$ 18.701,52 em 2019.

A proposta aprovada pelos senadores disciplina a con-

cessão de adicional de qualificação e de gratificações de perícia (atribuída a analista do Conselho Nacional do Ministério Público que realiza atividade fora de seu ambiente de trabalho), de projeto e de atividade de segurança. E reajusta, a partir de 1º de junho de 2016, os valores da retribuição pelo exercício de cargo em comissão, que variam de R\$ 3.461,96 a R\$ 14.607,74.

Benedito reclama de altas taxas de juros dos bancos

Benedito de Lira (PP-AL) apresentou dados do Banco Central mostrando que os juros do cheque



Marcia Maniz/Agência Senado

especial e do rotativo do cartão de crédito estão entre os mais altos do mundo. No cheque especial, o juro passou para 311,3% ao ano. É a maior taxa desde 1994. Quanto ao rotativo do cartão, chegou a 471,3%.

Na contramão dessas taxas, disse, está o baixo rendimento ganho pelo trabalhador quando consegue poupar. O senador cobrou do governo e do Banco Central a redução dos juros.

Para Alvaro, índice de desemprego é maior que o oficial

Alvaro Dias (PV-PR) contestou o índice de 11,2% de desempregados no trimestre encerrado em maio, divulgado pelo IBGE. Ele sustentou que o índice é maior, pois não inclui 63 milhões de desempregados que não estão procurando emprego.

O senador também cobrou do governo medidas para superar a crise econômica, agravada pelo cenário político. Se nada for feito, disse, o fechamento de empresas neste ano será idêntico ao do ano passado, quando 400 mil foram à falência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lopes destaca ações do ministro da Indústria

Eduardo Lopes (PRB-RJ) elogiou medidas tomadas pelo ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, no esforço de retomar o crescimento da economia. O senador citou a renovação por mais quatro anos do acordo automotivo entre Brasil e Argentina e a isenção do imposto de importação para o feijão.

— Meu correligionário no PRB empresta seu talento na formulação de políticas para a promoção da competitividade do comércio exterior — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Renan se encontra com Dilma, Temer, Meirelles e Goldfajn

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anuncia hoje, às 11h, a lista de propostas sugeridas pelas comissões da Casa e pelos líderes partidários para votação até 13 de julho, antes do recesso parlamentar. O assunto foi, inclusive, abordado por ele em conversa com a presidente afastada Dilma Rousseff na tarde de ontem e será tema de reunião marcada para terça-feira com o presidente interino Michel Temer.

Na busca de uma agenda para a superação da crise econômica, Renan também se encontrou nos dois últimos dias com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

— Se a Comissão Mista de Orçamento aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias [LDO] até 13 de julho, vamos convocar o Congresso para apreciá-la e assim teremos recesso. Se não aprovarmos a LDO, vamos encerrar as sessões deliberativas no dia 13 de julho e continuaremos funcionando nesse período com sessões não deliberativas — explicou Renan.

Na conversa com Dilma, Renan disse à presidente

afastada que o trabalho da Comissão do Impeachment seguirá normalmente, mesmo no recesso.

— Ela não externou expectativa, disse que está consciente do seu papel e acha fundamental cumprir o calendário — contou o senador.

No caso do encontro com Temer, um dos temas discutidos será a necessidade de fazer um levantamento nacional sobre obras inacabadas. Segundo Renan, há mais de 30 mil no país.

— Isso vai possibilitar condições para que tenhamos regras precisas, tanto para a LDO quanto para o Orçamento de 2017. Isso é um prejuízo absurdo — afirmou.

Sobre o encontro com Henrique Meirelles, na terça-feira, do qual participaram 45 senadores, Renan disse que serviu para debater a criação de uma agenda para o desenvolvimento da economia.

O assunto voltou à mesa na conversa que Renan teve ontem com o presidente do Banco Central e os quatro indicados à diretoria do banco.

(Com informações da Presidência do Senado)

Medida que promove mudanças no setor aéreo do país segue à sanção após compromisso de senadores de que Michel Temer vetará a liberação total ao capital estrangeiro

Com garantia de veto, MP da aviação é aprovada

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a medida provisória que promove mudanças na aviação brasileira. O texto, que segue à sanção, foi aprovado na forma de projeto de conversão (PLV 13/2016), originado da MP 714/2016, depois que o líder do governo no Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), garantiu que o presidente interino Michel Temer vai vetar parcialmente a medida.

Será excluída a parte do texto que libera totalmente a participação de capital estrangeiro na aviação civil brasileira. A medida prevê o perdão de débitos da Infraero com a União, a criação de subsidiárias da estatal, a extinção do Adicional de Tarifa Aeroportuária (Ataero) e a incorporação dele na composição das tarifas a partir de 2017.

A abertura total do setor aéreo ocorreu durante votação da MP na Câmara, em 21 de junho, por meio de emenda do PMDB. Editada pela presidente afastada Dilma Rousseff, a medida originalmente propunha o aumento de 20% para 49% do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas aéreas nacionais, índice mantido no relatório do deputado Zé Geraldo (PT-PA), aprovado pela comissão mista que analisou a proposta.

Os senadores concordaram que a questão do aumento de capital estrangeiro na aviação nacional é complexa e poderá ser mais bem debatida na comissão especial da Casa que vai analisar o anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA).

Eduardo Braga (PMDB-AM) defendeu novas regras de distribuição de slots (horários concedidos para que empresas aéreas atuem nos aeroportos) e o aperfeiçoamento dos pequenos e médios aeroportos.

Mesmo com o acordo, que proporcionou votação simbólica, diversos senadores registraram seus votos contrários à proposta, relatada por Ângela Portela (PT-RR).

José Pimentel (PT-CE) registrou que a Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear) divulgou nota contrária à abertura em 100% para o capital estrangeiro. O senador acrescentou que a associação representa as quatro grandes empresas brasileiras: TAM, Gol, Azul e Avianca.

— Elas não têm o menor interesse em abrir o capital. Para elas, seria um grande risco. O capital estrangeiro vai querer investir apenas nas grandes e mais lucrativas rotas, deixando de lado a aviação regional e as cidades menores — disse.

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que essas empresas já estão conseguindo recursos estrangeiros sem precisar abrir mão do controle

Tarifa adicional

Segundo Aloysio, a extinção da taxa aeroportuária vai ajudar a recompor as finanças da Infraero sem aumentar o custo do bilhete aéreo para a população. Pela medida, o valor do Ataero será incorporado às tarifas a partir de 2017, sem redução tarifária para passageiros e companhias. A Agência Nacional de Aviação



José Medeiros (C) coordena debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre aviação regional

Capital estrangeiro tem apoio da Anac e de empresas

A abertura total da aviação nacional ao capital estrangeiro, prevista na atual redação do PLV 13/2016, poderia ajudar as companhias brasileiras a sair da crise, segundo o superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Anac, Ricardo Catanant, e o representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Victor Celestino. Os dois participaram ontem de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) sobre o Programa de Aviação Regional.

O trecho do PLV sobre a participação de 100% de capital estrangeiro, no entanto, deverá ser vetado por Temer.

Além de possibilitar um reforço de caixa para as empresas nacionais, a medida poderia trazer benefícios como redução dos preços das passagens e aumento da oferta de voos regionais, avaliaram os participantes. Para José Medeiros (PSD-MT), as empresas brasileiras não têm condições de oferecer viagens regulares para todos os destinos.

Simone Tebet (PMDB-MS) disse não estar convencida dos benefícios da liberação.

— Não sou contra, desde que seja comprovado que vai resolver o problema da aviação. Por que a regra de 100% só existe em Cingapura, Colômbia e Bolívia e na maioria do mer-

cado europeu a participação estrangeira é de no máximo de 49%? — questionou.

Sobre o Programa de Aviação Regional, lançado em 2012, o secretário de Aeroportos do Ministério dos Transportes, Leonardo da Cruz, e o diretor de Aeroportos da Infraero, João Márcio Jordão, destacaram que o governo tem firmado parcerias com estados e municípios para elevar de 80 para 270 o número de aeroportos regionais disponíveis para voos regulares. José Medeiros e Wellington Fagundes (PR-MT) afirmaram que voos regionais e para o Norte e Centro-Oeste são muitas vezes mais caros do que os para o exterior.

Civil (Anac) terá, então, 180 dias para concluir processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos das concessionárias de aeroportos concedidos à iniciativa privada.

Outra novidade é a proibição

de contingenciamento dos recursos capitalizados do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) ou de transferência ao Tesouro, e do uso de recursos desse fundo para a formação de pilotos brasileiros e fortalecimento dos aeroclubes.

Quanto à forma de a Infraero atuar no setor, a MP estabelece a criação de subsidiárias ou participação em outras sociedades públicas ou privadas, que poderá ocorrer por meio de ato administrativo ou contratação direta.

Senado acata nome do novo embaixador do Brasil em Cabo Verde

Foi aprovada em Plenário ontem a indicação do diplomata José Carlos de Araújo Leitão para novo embaixador do Brasil na República de Cabo Verde. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) havia aprovado o nome

no dia 23, quando o diplomata foi sabatinado. A indicação segue agora para promulgação.

Atual embaixador em São Tomé e Príncipe, Leitão é graduado em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

e é diplomata desde 1976.

Na sabatina, afirmou que Cabo Verde é “parceiro preferencial” do Brasil, tanto por falar a mesma língua como por estar pronto para receber cooperação do que chamou de “ilhas de excelência” da

administração brasileira.

Um dos principais atores dessa cooperação, na opinião dele, é o Serviço Nacional da Indústria (Senai), que tem atuado na África e construiu um centro de capacitação profissional em Cabo Verde.

Cristovam e Lindbergh questionam recondução de Jucá à 2ª Vice-Presidência

A reeleição de Romero Jucá (PMDB-RR) para a Segunda-Vice-Presidência do Senado foi considerada ilegal por Cristovam Buarque (PPS-DF) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Eles se amparam no artigo da Constituição que determina que o mandato dos membros das Mesas da Câmara e do Senado deve ser de dois anos, sendo proibida a recondução na eleição seguinte.

Cristovam e Lindbergh destacam que Jucá já era o segundo-

-vice-presidente quando se licenciou para assumir o Ministério do Planejamento.

— Ele não cumpriu os dois anos, saiu. Ao voltar, há uma vedação — disse Lindbergh.

Cristovam protestou contra a indicação do PMDB para o posto. Já Jorge Viana (PT-AC), explicou que, na visão da Mesa do Senado, não há impedimento legal, “pois Jucá estava ainda no mandato que tinha ocupado, não era preparatório para outra legislatura”.

Renan Calheiros defende reforma política para eleições de 2018

A agilidade na reforma política será pauta de reunião hoje entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes. Renan defende a limitação do número de partidos e a proibição de coligação proporcional. Para tanto, ele espera o compromisso da Câmara dos Deputados.

— Eu acho que esse compromisso com a reforma política tem que ser o compromisso

fundamental com os candidatos. Para que nós votemos logo, quem sabe até o dia 13 [de julho], a reforma política para as eleições de 2018.

Outra proposta de Renan é a revisão da cláusula de barreira pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para garantir um limite na criação de novos partidos. A cláusula impede ou restringe o funcionamento parlamentar ao partido que não alcançar determinado percentual de votos.

Para Otto, obras inacabadas devem ter prioridade de verbas

Otto Alencar (PSD-BA) sugeriu que a Presidência da República chame cada governador para identificar as obras inacabadas espalhadas pelo país, de modo a priorizar a destinação de verbas para a conclusão delas.

Na Bahia, disse o senador, na maioria dos trechos da Ferrovia Leste-Oeste, o trabalho está paralisado. O Estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Baía de Todos os Santos, com 95% do projeto concluído, não produz navios nem sondas para a exploração do petróleo na camada pré-sal.

Ele disse ser preciso reativar a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional.



Moreira/Imagem/Agência Senado

Técnicos do BC dizem que Dilma é inocente

Fase de depoimentos na Comissão do Impeachment terminou ontem, com fala de servidores do Banco Central e do Tesouro e de ex-integrante de ministério

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment do Senado ouviu ontem as quatro últimas testemunhas do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Elas foram indicadas pela defesa da presidente e rebateram os argumentos que embasam o pedido de impeachment.

Encerrados os depoimentos, inicia-se agora uma nova etapa do processo. Na terça-feira, a comissão ouvirá a junta de técnicos do Senado que fez uma perícia das pedaladas fiscais e dos decretos de recursos suplementares baixados pelo governo sem autorização do Congresso Nacional.

Primeira testemunha a depor ontem, o ex-diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário João Luiz Guadagnin afirmou que Dilma não participou de atos relativos ao Plano Safra e que as decisões se deram no plano técnico.

O governo paga o crédito agrícola aos produtores rurais por meio do Banco do Brasil, mas vinha atrasando a transferência do dinheiro à instituição bancária e melhorando por algum tempo o saldo das contas públicas — eram as chamadas pedaladas fiscais, que, segundo a acusação, caracterizam-se como empréstimo de um banco estatal ao governo, o que é ilegal.

— Não há responsabilidade da presidente nesse processo. Em 20 anos de governo federal, a única reunião que tive com algum presidente foi em 2000, com Fernando Henrique Cardoso, sobre créditos para assentados em reforma agrária. Nunca estive com Lula ou



Falam na Comissão do Impeachment as testemunhas de defesa João Luiz Guadagnin, Marcel Mascarenhas dos Santos, Fernando Rocha e Paulo José dos Reis Souza

Dilma. No último Plano Safra, as discussões sobre juros e subsídios ficaram estritamente no plano técnico. Não há envolvimento nem sequer dos ministros — assegurou.

Guadagnin esclareceu que o ministério não efetua pagamentos nem negocia com bancos o valor dos créditos, o que é atribuição do Ministério da Fazenda.

— É uma prestação de serviço [Plano Safra] e há, inclusive, competição entre os bancos, que sabem que receberão [do governo] as equalizações e podem também atrair clientes e novas oportunidades de negócios. A disputa por esses recursos é grande — afirmou ele, explicando que a equalização é o pagamento da diferença entre as taxas de juros mais baixas concedidas aos agricultores pelos bancos e as taxas praticadas pelo mercado.

Estatísticas

Segunda testemunha ouvida ontem pela Comissão do Impeachment, Marcel Mascarenhas dos Santos, procurador do Banco Central, disse que as estatísticas produzidas pela entidade, que monitora a evolução das finanças públicas e o desempenho fiscal do país, são produzidas por técnicos, sem nenhum tipo de interferência

política, nem mesmo do presidente da República.

Com o depoimento, a defesa buscou rebater argumentos da acusação de que Dilma teria promovido maquiagem das contas públicas em 2015 para apresentar uma situação melhor do que a real.

Santos afirmou que não há uma legislação específica para determinar a metodologia que deve ser utilizada para a produção das estatísticas, sendo que os técnicos seguem as normas previstas num manual elaborado pelo Banco Central a pedido do Tribunal de Contas da União (TCU).

— As estatísticas do Banco Central são consultadas por todos os agentes de mercado e também pelos analistas internacionais, que precisam saber da situação fiscal do país. Há essa divulgação [pela internet] não só das estatísticas, mas do próprio manual — afirmou.

Respondendo à senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o depoente relatou entendimento do Banco Central sobre o caráter de prestação de serviço da equalização de taxas de juros do Plano Safra. Após ouvir as explicações, Gleisi afirmou:

— Há muitos anos essa operação do Plano Safra tem uma regulamentação e é registrada pelo Banco Central não como

operação de crédito. E não é porque o Banco Central está errado, mas por ser uma prática internacional, porque este Congresso nunca regulamentou a Lei de Responsabilidade Fiscal e porque sempre as coisas foram feitas assim.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS), por outro lado, disse que a metodologia utilizada pelo Banco Central serve para excluir das estatísticas as dívidas da União com os bancos públicos:

— Se esse valor [da equalização do Plano Safra] fosse registrado, o valor do superávit primário seria afetado, porque isso teria e deveria ser considerado como devedor. Essa é uma conta que o Tesouro não pagou ao Banco do Brasil. E que parece que nunca existiu, pelo menos para o Banco Central.

A rigor, Santos falou aos senadores na qualidade de informante, e não como testemunha, pelo fato de ter atuado como advogado público em processos no âmbito do TCU e do Congresso em matérias ligadas às tratadas na denúncia.

Débitos quitados

Terceira testemunha, o chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Fernando Rocha, afirmou que Dilma jamais interferiu na sistemática de estatísticas do banco para ocultar ou distorcer dívidas do governo.

Num depoimento técnico e objetivo, ele explicou que nem todos os passivos da União com bancos públicos integraram as estatísticas fiscais elaboradas pela instituição por questões de metodologia.

Segundo Rocha, em dezembro passado, quando o TCU editou um acórdão para mudança na metodologia de cálculo de passivos da União, o Banco Central passou a seguir o novo entendimento.

O subsecretário de Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional, Paulo José dos Reis Souza, foi a última testemunha a falar ontem. Ele explicou que, segundo entendimento do Tesouro, as pedaladas fiscais

de 2015 foram apenas atrasos de pagamentos que não diferiram das situações de anos anteriores.

Segundo ele, assim que o TCU firmou o entendimento de que elas constituíam operação ilegal de crédito, o Tesouro empreendeu esforço para quitar rapidamente os débitos.

Requerimentos

Na reunião de ontem, a comissão aprovou cinco requerimentos que solicitam a inclusão de documentos no processo de impeachment.

Dois deles são do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), e solicitam notas técnicas da Secretaria de Orçamento Federal sobre os decretos de 2015, atas de reuniões do Conselho Monetário Nacional sobre o Plano Safra e atas de reuniões do Banco Central sobre as pedaladas fiscais. Anastasia também requer do Banco Central os documentos técnicos usados para questionar a Advocacia-Geral da União sobre as pedaladas.

Outro requerimento, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pede ao Tesouro um detalhamento das despesas discricionárias de 2015.

Dois requerimentos da senadora Gleisi pedem, respectivamente, a juntada de uma reportagem e de uma interpelação judicial feita por deputados federais à presidente afastada — um pedido de esclarecimento sobre o uso da palavra “golpe” em manifestações da presidente sobre o processo de impeachment.

No total, 45 testemunhas foram ouvidas ao longo de três semanas de depoimentos, sendo 2 de acusação, 4 de juízo e 39 de defesa.

— Este é o último dia [de depoimento de testemunhas] — disse a senadora Ana Amélia (PP-RS). — Não só as testemunhas, mas o comando da comissão e os senadores dos dois lados cumpriram seus deveres. Não fizemos nada além do que cumprir nossa responsabilidade, num processo previsto na Constituição.

Senadores questionam postura de Janaina Paschoal

Gerou discussão entre os senadores uma questão de ordem apresentada à Comissão do Impeachment por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamando do comportamento da advogada Janaina Paschoal. Vanessa argumentou que a advogada não se atém aos autos do processo e faz discursos políticos. O presidente da comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), chegou a suspender os trabalhos por alguns minutos.

Pouco antes, os senadores já haviam se desentendido quando Janaina interrompeu uma das testemunhas. Waldemir Moka (PMDB-MS) e Ataídes de Oliveira (PSDB-TO)

disseram que Gleisi Hoffmann (PT-PR) tentou intimidar a advogada ao pedir que se calasse para ouvir o depoimento.

— Temos o maior respeito por advogados. Ninguém mandou ninguém se calar aqui

— defendeu-se Gleisi. — Mas o papel de advogado é diferente. Somos senadores eleitos e representamos a população. O advogado representa uma causa e não pode discutir como se senadora fosse.



A advogada Janaina Paschoal, que, segundo Gleisi, tem agido como senadora

Energia gera emprego, diz empresário

Norte-americano Arthur Haubstock destacou importância de expandir a matriz solar e relatou experiências no estado da Califórnia

A CRIAÇÃO DE incentivos econômicos e de inovação tecnológica pode contribuir para ampliar a oferta de energia renovável e a geração de empregos, sobretudo para a parcela mais jovem da população, avalia o empresário norte-americano Arthur Haubstock. Vice-presidente para Assuntos Governamentais e Regulatórios da 8minutenergy Renewables, que ocupa o terceiro lugar na produção de energia solar nos Estados Unidos, ele participou ontem de audiência na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

O empresário falou também sobre a política energética do estado da Califórnia, que pretende aumentar a participação da energia solar até 2030.

— Os investidores estão entusiasmados, o público também, à medida que os custos caem. A energia solar está ganhando leilões, está se tornando cada vez mais competitiva. Os preços vão cair ainda mais, assim como os preços de celulares e computadores — declarou.

Ele disse que a questão ambiental não influenciou diretamente a Califórnia na adoção da energia solar, mas a crise energética que atingiu



Ao lado do deputado Vilela e do senador Bezerra, Arthur Haubstock (E) falou sobre a competitividade da energia solar

o estado em 2001, restringindo o fornecimento de energia e gás natural, fomentou investimentos no setor.

— Houve manipulação do mercado e apagões. A Califórnia dependia do gás natural. Decidiu-se que a melhor maneira era diversificar o fornecimento de energia e usar a energia eólica e solar, para aumentar sua matriz energética e para que ninguém conseguisse aumentar o preço da energia — afirmou.

Incentivos

Ele considera que a adoção dos incentivos adequados e um mercado consumidor

apropriado contribuirão para a expansão da matriz solar no Brasil, assim como nos EUA.

— Geramos empregos, a mão de obra pouco qualificada foi treinada para trabalhar. A combinação de incentivos econômicos criou ímpeto de consumo para a produção de células fotovoltaicas e outras tecnologias para a produção de energia renovável. Os investimentos em fabricação reduzem custos e o preço cai, desde que a demanda continue.

Na Europa, avaliou, o desenvolvimento da energia solar foi ditado por razões geopolíticas, para reduzir a dependências do gás natural russo. O em-

presário ressaltou que a China aumentou a produção de células solares e que os Estados Unidos tiveram a oportunidade de aproveitar o baixo custo desses equipamentos.

Relator da comissão mista, o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) destacou o compromisso assumido pelo governo federal de ter, até 2030, pelo menos 23% da energia produzida no país proveniente dessas fontes.

Regina Sousa (PT-PI) disse não entender a demora do Brasil em investir na geração de energia solar.

— O investimento é alto, mas compensa — concluiu.

Ângela cita atuação de universidade em vacina contra dengue

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a escolha da Universidade Federal de Roraima para participar do desenvolvimento de uma vacina contra a dengue. Ela disse que o Instituto Butantan trabalhará com 14 centros de excelência num projeto totalmente brasileiro com o objetivo de salvar milhares de vidas.

— No fim da pesquisa, com o resultado positivo, a vacina será disponibilizada para toda a população brasileira.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário critica "visita seletiva" do ministro do Desenvolvimento

Telmário Mota (PDT-RR) criticou o fato de o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar



Jefferson Rudy/Agência Senado

Terra, ter ido a Boa Vista e ter conhecido apenas o Programa Família que Acolhe, da prefeitura, sem conhecer programas estaduais e a governadora, Suely Campos.

— Sua Excelência não teve a preocupação de ouvir a governadora? O ministro demonstrou que estava a serviço não do povo de Roraima, mas de um grupo político.

Reunião vai discutir implantação de Belo Monte

A Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte aprovou ontem a realização de reunião de trabalho no dia 12 de julho para buscar soluções para as

pendências relativas às condicionantes para a implantação da usina. Condicionantes são os compromissos que o empreendedor e o governo federal assumem com o Ibama para obter a autorização do

empreendimento, garantindo a sustentabilidade ambiental.

— Essa segunda reunião é para reavaliar as condicionantes com a presença do Ibama, que liberou a licença de operação da usina, que era condicionada às ações mitigadoras que ainda não foram iniciadas. Nossa avaliação é de que a licença de operação foi dada indevidamente pelo Ibama. Nessa reunião vamos poder discutir isso e ter as explicações do órgão — disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente do colegiado.

Relator da comissão, Paulo Rocha (PT-PA) destacou que um dos pontos de descon-

geral de Altamira (PA), uma das condicionantes da obra.

Ele foi reformado e ampliado pela Norte Energia, responsável pela construção da usina, e entregue à prefeitura, mas, apesar de pronto, não funciona.

A solução encontrada foi que o governo do Pará assumisse o hospital construído, que passaria a funcionar como hospital regional, e a Norte Energia construiria um novo hospital, direcionado ao atendimento materno-infantil, que seria gerido pela prefeitura.

— Ficamos com o papel de mediar essa relação. Vamos destravar a saúde, carente na região — disse Paulo Rocha.

Vanessa denuncia situação dos doentes renais no Amazonas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) denunciou ontem problemas no sistema de saúde pública do Amazonas, principalmente em relação aos doentes renais crônicos.

A senadora disse que os pacientes não contam com atendimento médico e com remédios para o pós-operatório.

— São pacientes que não têm muito tempo de vida para esperar e estão à mercê de um serviço público sucateado.



Monirio Moritz/Agência Senado



Flexa e Paulo Rocha, presidente e relator do colegiado, apoiam reunião de trabalho

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadores apoiam Ferrovia Transcontinental

Membros de três comissões destacaram a importância da obra, que facilitará o acesso do Brasil aos portos do Oceano Pacífico, e pediram dados para acompanhar o projeto

A CONSTRUÇÃO DA Ferrovia Transcontinental Bioceânica, também chamada de Ferrovia Intercontinental (Fico), é uma das obras mais importantes para o país, porque vai ligar o litoral brasileiro ao peruano e dar acesso de frente aos portos do Oceano Pacífico, destacaram os participantes de audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE).

Ontem, durante o debate, Jorge Viana (PT-AC), Wellington Fagundes (PR-MT), Roberto Muniz (PP-BA), Hélio José (PMDB-DF), Lasier Martins (PDT-RS) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) demonstraram preocupação em acelerar o processo de construção da ferrovia, especialmente porque o comércio entre Brasil e China tem aumentado muito nos últimos anos. A Fico, que terá cerca de 5 mil quilômetros, será construída por meio de uma parceria entre Brasil, Peru e China, firmada em maio de 2015, por ocasião da vinda do primeiro-ministro chinês ao Brasil e ao Peru.

Pacífico

Segundo Viana, dos US\$ 35 bilhões exportados pelo Brasil, US\$ 18,6 bilhões foram para o mercado chinês e na importação, de US\$ 30 bilhões, US\$ 17,9 vieram da China.

— Essa ferrovia realiza um velho e histórico sonho do Brasil: chegar ao Pacífico sem a volta pelo Canal do Panamá, controlado pelos Estados Unidos — disse.

De acordo com os expositores, ainda há divergências sobre o traçado da ferrovia, que passa por áreas de proteção ambiental, reservas indígenas e de outras tradições culturais. As bitolas — que são as largu-

ras entre as faces interiores das cabeças de dois trilhos — são de tipos diferentes no Brasil e no Peru, o que também precisa ser acertado.

Muniz questionou a coordenação do projeto por parte do Brasil, que parece, segundo ele, estar “sem dono”.

Viana disse que o Congresso tem trabalhado em apoio à construção da Fico. Desde novembro de 2015, houve reuniões com os embaixadores da China e do Peru e um encontro com 20 empresários chineses. No recesso de julho, uma delegação de senadores irá à China para conhecer a estrutura de ferrovias do país.

O secretário de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes, Dino Batista, comprometeu-se a enviar o cronograma e as funções de cada órgão no projeto, com participação da empresa de engenharia Valec, e da Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Engenheiro-chefe do grupo de trabalho da ferrovia, Bi Qiang disse que o Memorando de Entendimentos Trilateral, realizado em maio de 2015, previu três relatórios de estudos básicos da viabilidade de construção da ferrovia. O preliminar foi entregue em agosto de 2015, o intermediário em fevereiro deste ano e o final está em andamento. Até agora, ressaltou Garibaldi, os governo chinês investiu US\$ 40 milhões nesses estudos.

— O Brasil será o país do futuro com projetos grandiosos como este — afirmou.

Andamento

O diretor-presidente da Valec, Mário Rodrigues Júnior, explicou que há dois trechos em andamento, um terceiro trecho suspenso em função da crise (mas que será reto-



Em reunião com Garibaldi e Viana (3º e 4º à esq.), Bianco diz que a linha representará 10% da malha ferroviária do país

Para Jorge Viana, intenso comércio com a China justifica construção

O projeto da Ferrovia Transcontinental é estratégico para o crescimento do Brasil, afirmou Jorge Viana (PT-AC) em Plenário. Para o senador, muitos argumentam que essa seria apenas mais uma obra paralisada no país, mas o intenso comércio entre Brasil e China justifica a realização.

Em 2015, o Brasil exportou US\$ 35 bilhões para a China e importou US\$ 30 bilhões. Com a obra finalizada, disse, os dois países poderão escoar mercadorias por outra via, que não o Canal do Panamá.

— E a ferrovia aproximará o mercado brasileiro da costa oeste dos Estados Unidos.

Ivo Cassol afirma que não há real interesse na ligação bioceânica

Ivo Cassol (PP-RO) disse que não há hoje real interesse do Brasil em construir uma ferrovia bioceânica, sem antes haver um projeto estratégico para fomentar a região por onde ela passará. O senador argumentou que a produção é escoada majoritariamente por caminhões, e que o governo federal não quer paralisar a produção desse veículo.

— Só em Rondônia a ferrovia deixaria mais de 6 mil caminhoneiros sem serviço e fecharia postos de combustíveis e restaurantes junto às BRs.

Cidinho diz que obra resolveria problema de escoamento de safra

A Ferrovia Transcontinental daria uma solução para o problema de escoamento da safra mato-grossense, disse Cidinho Santos (PR-MT).

O senador destacou outros projetos de infraestrutura importantes para o estado. Um é a construção de um trecho da BR-080 que permitirá o escoamento da produção da região do Araguaia pela Ferrovia Norte-Sul. O outro, a concessão da ferrovia que liga Goiás, Mato Grosso e Pará.

mado em julho) e mais dois trechos apenas planejados, sem nenhum estudo em andamento.

De acordo com o coordenador-geral de Ferrovias e Hidrovias do Ministério do Planejamento, Guilherme Luiz Bianco, o projeto é

extremamente desafiador e vai representar 10% de toda a malha ferroviária do país.

— Ele vai trazer não apenas desenvolvimento regional para os estados que a ferrovia cruzar, mas para o Brasil como um todo — ressaltou.

Dino Batista afirmou que a

obra deve ser feita em fases.

— Foi colocado o desafio para os chineses do estudo inicial de toda a ferrovia. Hoje está claro que a gente tem que iniciar a discussão do “faseamento” com modelos diferenciados para trechos diferenciados — disse.

Proteção a crianças e adolescentes terá audiência

A proteção que o país deve assegurar à criança e ao adolescente será tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O colegiado aprovou ontem requerimento de Telmário Mota (PDT-RR) convidando para o debate representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

O senador sugere ouvir o ministro da Educação, Mendonça Filho, representantes das secretarias de Segurança Pública do Rio de Janeiro e de São Paulo, e a ONG Todos Pela Educação. A audiência foi motivada por casos de violência nos últimos meses, como a jovem de 16 anos que foi vítima

de estupro coletivo no Rio de Janeiro, a morte da criança de 11 anos pela Guarda Civil Metropolitana de São Paulo e de outra de 10 anos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro.

— Até agora, os únicos culpados, investigados e punidos foram os policiais envolvidos nas ações. Nada se ouviu do Conanda, do Ministério da Educação, nem de outros órgãos governamentais — disse Telmário.

Também haverá audiência com o tema “O dia a dia do Estatuto do Idoso”, uma iniciativa de prefeitos que querem mostrar experiências de aplicação da norma.

Outro requerimento aprova-

do destina-se à discussão da regulamentação das profissões de técnico e de tecnólogo em radiologia. Segundo Paulo Paim (PT-RS), os profissionais estão em conflito por considerarem haver invasão de um e outro grupo nas respectivas áreas de atuação, o que poderá ser esclarecido com o debate.

A sugestão (SUG 5/2016), apresentada por iniciativa popular por meio do E-Cidadania, que propõe tornar crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, foi retirada da pauta da comissão. De acordo com o relator, Paim, os senadores sugeriram mais debates antes de a sugestão se tornar projeto em tramitação.

Regina Sousa critica decreto de Temer que “só beneficia TV Globo”

Um decreto que autoriza a transferência indireta da concessão outorgada às emissoras da Rede Globo em cinco municípios, mas não abre a mesma possibilidade para outras concessionárias de radiodifusão, causou indignação em Regina Sousa (PT-PI).

— A medida do presidente interino Michel Temer beneficia exclusivamente a TV Globo, emissora que teve um papel fundamental no afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

José Medeiros defende obrigatoriedade de uso de isopor em obra social

José Medeiros (PSD-MT) defendeu a adoção de estímulos ao uso de isopor, que ainda é pouco significativo, e outros produtos que ampliem a “construção sustentável” no Brasil.

— O isopor é plástico e, portanto, 100% reciclável. Também é excelente isolante térmico e já é usado no enchimento de lajes, telhas e forros. O isopor na construção civil promove economia de até 30% de energia, diminui o prazo de construção em até 20% e permite redução de 6% a 8% no custo total da obra. No Chile, o uso é obrigatório.

Avança texto que dá a delegado poder de ordenar proteção de mulher atacada

Atualmente apenas juízes podem conceder medidas protetivas, como a proibição de o agressor permanecer sob o mesmo teto da vítima

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que altera a Lei Maria da Penha e dá ao delegado de polícia o poder de conceder medidas protetivas de urgência à mulher vítima de violência doméstica e a seus filhos. Hoje as medidas protetivas — como a proibição de o agressor se aproximar da mulher — só podem ser determinadas pelo juiz.

O parecer com mudanças no projeto original (PLC 7/2016) foi apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A proposta agora vai para o Plenário do Senado.

Essa atuação do delegado só será admitida, porém, em caso de risco real ou iminente à vida ou à integridade física e psicológica da mulher e dependentes. A autoridade policial poderá aplicar a medida protetiva, mas terá de comunicar a decisão ao juiz em até 24 horas, para que ele mantenha ou reveja essa intervenção. O Ministério Público também deverá ser consultado.

Providências complementares para a proteção da vítima — chegando à prisão do agressor — também poderão ser pedidas pelo delegado ao juiz.

O projeto inclui o direito a atendimento policial especializado e ininterrupto, realizado preferencialmente por profissionais do sexo feminino. O texto reforça a necessidade de que os estados priorizem a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher e de núcleos de investigação voltados ao crime de feminicídio.

Na opinião do relator, essas são medidas necessárias para superar obstáculos que, em dez anos de vigência da Lei Maria da Penha, persistem e deses-



Aloysio Nunes Ferreira defende projeto de permite que delegado determine medidas de proteção de mulher agredida

timulam as vítimas a buscar amparo do poder público.

Outro mérito do projeto assinalado por Aloysio é o fato de impedir que a vítima seja submetida a questionamentos sucessivos e inadequados sobre a vida privada.

Revitimização

Hoje, segundo o relator, as vítimas são submetidas a constrangimentos e a desamparo psicológico, familiar e social, um processo denominado de revitimização:

— É como se o fato criminoso não cessasse. Sua lembrança permaneceria viva na memória da vítima a cada etapa do processo investigatório e do desenrolar do processo penal, até decisão final.

Segundo Aloysio, as mudanças na Lei Maria da Penha ajudarão a combater “a pressuposição equivocada de culpabilidade da vítima, e não do agressor, um fenômeno tão atroz quanto recorrente”.

A determinação de que a decisão do delegado seja levada ao juiz em 24 horas foi sugerida por uma emenda de redação de Marta Suplicy (PMDB-SP).

Senadores dizem que mudança na Lei Maria da Penha foi pouco debatida

Antes de a CCJ aprovar o projeto que muda a Lei Maria da Penha, um grupo de senadores tentou adiar a votação e realizar uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o tema. O requerimento de audiência, apresentado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), acabou rejeitado.

O foco das divergências foi a permissão para que o delegado conceda medidas protetivas a mulheres vítimas de violência. Na semana passada, a CCJ fez um debate com 14 entidades ligadas ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao movimento feminista e à polícia, das quais 12 se manifestaram contra a aprovação do projeto.

— O debate não foi amadurecido o suficiente para que se promovam alterações na Lei Maria da Penha — afirmou Fátima Bezerra (PT-RN).

Ela foi apoiada por Lídice da Mata (PSB-BA), Lindbergh Farias (PT-RJ), Randolfe Ro-

drigues (Rede-AP) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que é a procuradora da Mulher no Senado. Até o presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), admitiu a possibilidade de manifestação da CDH sobre o projeto.

Na outra frente, capitaneada pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira, se posicionaram Marta Suplicy (PMDB-SP), Telmário Mota (PDT-RR) e Humberto Costa (PT-PE). O entendimento do relator é que a permissão para o delegado baixar medidas protetivas pode representar um atestado de vida ou morte para a mulher agredida em casa.

— Entre a defesa intransigente de prerrogativas [do juiz, hoje o único que aplica medida protetiva] e a defesa da mulher, fico com a defesa da vítima — sustentou Aloysio.

A polêmica continuou após a votação na CCJ. O Plenário rejeitou um requerimento para que o projeto fosse votado também pela CDH.

Temer age para salvar Cunha, acusa Humberto

Humberto Costa (PT-PE) disse que o encontro entre o presidente interino Michel Temer e o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha, no domingo, no Palácio do Jaburu, serviu para ajustar o acordo para blindar Cunha da cassação.

— Resta absolutamente claro que Michel Temer está operando fortemente para que sua base na Câmara livre Eduardo Cunha da cassação pelo Plenário. Há um imenso medo no Planalto. Cunha guarda informações de um poder destrutivo contra muita gente do governo golpista, entre estes o próprio Temer.



Fotos: Jefferson Ruy/Agência Senado

Corrupção agrava crise econômica, afirma Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) disse que a corrupção no Brasil está prejudicando a economia. Segundo ele, o presidente da empresa aérea irlandesa Ryanair, que vai chegar à América do Sul, afirmou que não pretende fazer negócios no Brasil devido aos escândalos de desvio de dinheiro.

Ele também citou a ONG Transparência Internacional, que disse que o Brasil está em plena deterioração.

Lasier atribui a essa realidade a crise no varejo, que fechou 180 mil vagas e 95 mil lojas no ano passado.



Fátima apoia ato de servidores contra governo

Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que a manifestação realizada ontem em frente ao Ministério da

Educação foi em defesa da democracia e da educação. O grupo protestou, segundo ela, contra a proposta que limita os gastos públicos. A PEC 241/2016 está em análise na Câmara e foi encaminhada pelo presidente interino Michel Temer. De acordo com Fátima, eles também se manifestaram contra a decisão de Temer de revogar a nomeação e a recondução de membros do Conselho Nacional de Educação.



Projeto destina parte dos tributos do pré-sal a ciência e tecnologia

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um projeto que destina ao desenvolvimento de ciência e tecnologia 20% do rendimento anual do Fundo Social, espécie de conta que recebe uma parcela dos tributos provenientes da exploração do petróleo da camada pré-sal que cabem ao governo federal.

O PLS 181/2016, proposto por Lasier Martins (PDT-RS), agora vai para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com o relatório aprovado pela CAS, elaborado por Ana Amélia (PP-RS), 50% dos recursos deverão ser destinados a projetos de pesquisa aprovados pelo



Edison Lobão preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os outros 50% deverão financiar projetos de implantação e recuperação da infraestrutura de pesquisa em instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Ana Amélia lembrou que “o investimento contínuo em ciência e tecnologia é essencial para promover o desenvolvimento econômico e social”.

Emendas à LDO

Os senadores também aprovaram, a pedido do presidente da comissão, Edison Lobão (PMDB-MA), a realização de uma audiência sobre o PLC 12/2016, que regulamenta as atividades de teleatendimento e telemarketing.

— A proposta como está pode aumentar o desemprego, principalmente no Nordeste — argumentou o senador.

Os senadores aprovaram as emendas da comissão para o

projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. O relatório foi elaborado por Paulo Rocha (PT-PA) e as emendas tratam do Anexo de Prioridades e Metas.

A comissão recomenda, entre outros pontos, a inclusão na LDO da meta de 2 milhões de procedimentos por meio do Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. Isso incluiria a assistência médica gratuita à população e o desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde. Os senadores também pedem que a LDO preveja o apoio para pelo menos 200 projetos ligados aos direitos de crianças e adolescentes.